

O SPLIU na Audição pública de dia 17 de junho

A convite da Presidente da Comissão de Educação e Ciência, Deputada Manuela Tender, realizou-se no dia 17 de junho, na Sala do Senado da Assembleia da República, a Audição Pública dedicada ao tema **“Descentralização de Competências na Educação”**.

A primeira intervenção coube ao Senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, que sublinhou a importância da transferência de competências do poder central para as Autarquias, no âmbito da profunda reforma administrativa em curso no MECL. Destacou que a redução de serviços a nível central e a sua transferência para as CCDR e para as Autarquias visa **mitigar redundâncias**, eliminar atrasos na execução de decisões e permitir uma **política educativa de proximidade**, mais célere e eficaz para o bom funcionamento do sistema.

O Ministro reforçou que a colaboração dos poderes locais com as escolas terá **natureza exclusivamente administrativa**, permanecendo a autonomia pedagógica sob responsabilidade das próprias escolas. Admitiu, contudo, a possibilidade de existir **articulação curricular** alinhada com iniciativas culturais promovidas pelas Autarquias ou outras entidades locais. Referiu ainda a necessidade urgente de rever a **Lei das Finanças Locais**, de forma a corrigir assimetrias existentes, e destacou o papel das CCDR na educação, nomeadamente no planeamento das políticas educativas e na articulação com o poder local e as respetivas comunidades.

No momento de debate e intervenção das entidades convidadas, o **SPLIU** reiterou as preocupações já apresentadas no âmbito da **petição dirigida à Assembleia da República sobre as condições térmicas e ambientais dos estabelecimentos de ensino**, alertando para a necessidade de adotar medidas que atenuem os efeitos das alterações climáticas nas salas de aula. Recordou-se que o SPLIU foi recebido em audição no dia 3 de março de 2026 pela Comissão de Educação e Ciência, onde defendemos a urgência de investir na adaptação dos edifícios escolares, através de medidas concretas como **isolamento térmico, proteção solar, controlo da luminosidade e climatização adequada**.

O objetivo — então como agora — é proteger a saúde, o bem-estar e o rendimento escolar dos alunos, bem como garantir **condições de trabalho dignas** para todos os profissionais da educação. Da audição resultou o envio do respetivo relatório ao Senhor Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares, aos Deputados Únicos Representantes do BE, PAN e JPP, e ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, através do Primeiro-Ministro, para eventual adoção de medidas legislativas ou administrativas.

É precisamente por conhecer esta realidade que o SPLIU entende que a **gestão de recursos de proximidade**, em determinadas matérias, poderá acelerar a resolução de problemas locais e favorecer respostas mais rápidas e eficazes. Contudo, o SPLIU não deixou de assinalar um conjunto de **dúvidas que carecem de esclarecimento e definição rigorosa**, nomeadamente:

1. Transferência de encargos sem transferência de meios. As autarquias recebem manutenção de edifícios, gestão de pessoal não docente, refeições, transportes e equipamentos, mas poderão **não receber financiamento suficiente**. Isto irá gerar ruturas orçamentais, adiamento de obras, falta de pessoal, degradação de serviços essenciais.

2. Desigualdades territoriais. Este é o ponto mais grave. Municípios ricos contratam mais pessoal, investem em equipamentos modernos, renovam escolas rapidamente. Municípios pobres lutam para cumprir mínimos, adiam investimentos acumulam problemas estruturais.

3. Fragmentação do sistema educativo. Com a desconcentração cada município pode criar o seu modelo, não havendo coerência nacional, surgindo “mini sistemas educativos” com consequências ao nível da desigualdade de oportunidades, incoerência na gestão e perda de identidade nacional da escola pública.

4. Conflito de linhas de comando. Os Diretores e escolas ficam presos entre o Ministério (que define regras), e a autarquia (que controla recursos). Isto gera atrasos, bloqueios, decisões contraditórias e perda de eficiência em que **a gestão torna-se confusa e politicamente vulnerável.**

5. Risco de ingerência política local. O SPLIU alerta para o **Risco de ingerência política local**, havendo pressões sobre diretores, decisões condicionadas por ciclos eleitorais, favorecimento de freguesias ou grupos locais e interferência na vida interna das escolas. **A escola pública deve ser neutra e protegida, não dependente da cor política da câmara.**

6. Falta de capacidade técnica em alguns municípios. Nem todas as autarquias têm técnicos de educação, equipas de gestão e capacidade de planeamento. Isto leva a improvisação, atrasos, má gestão de recursos e decisões pouco fundamentadas. Paradoxalmente as escolas não ganham autonomia. Competências que eram da escola passam para o município. A autonomia pedagógica continua limitada. Os diretores ficam dependentes de decisões externas.

Tudo Isto conduz a Consequências negativas para o país:

1. Aumento das desigualdades territoriais;

2. Degradação da qualidade do serviço público. Falta de meios, pior manutenção, menos pessoal, menos apoio aos alunos;

3. Perda de coesão nacional. A escola pública deixa de ser um sistema único e passa a ser um mosaico desigual;

4. Instabilidade na gestão escolar. Linhas de comando confusas, conflitos, atrasos, decisões incoerentes.

5. Risco de politização da escola. A proximidade ao poder local pode comprometer a neutralidade da escola pública.

João Raposo e João Marques.